

Aninhando o ovo do Condor: o “capítulo” brasileiro da Confederação Anticomunista Latinoamericana, cogestora das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (1971-1974)

Anidar el huevo del Cóndor: El "Capítulo" brasileño de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, Co-Gerente de las Dictaduras de Seguridad Nacional del Cono Sur (1971-1974)

Nesting the Condor Egg: The Brazilian “Chapter” of the Latin American Anticommunist Confederation, Co-Manager of the Southern Cone National Security Dictatorships (1971-1974)

**Rodolfo Costa Machadoⁱ
Claudinei Cássio de Rezendeⁱⁱ**

Resumo: O artigo busca estabelecer, a partir de fontes primárias, uma cronologia dos acontecimentos preparatórios às ações da Operação Condor (pacto criminoso das ditaduras do Cone Sul), formalizada no Chile em 1975. As conexões repressivas regionais já operavam desde 1972 por meio da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), braço da Liga Mundial Anticomunista (WACL), demonstrando-as aqui por meio do “capítulo” brasileiro da WACL/CAL, a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES). Associou-se à WACL, atuou na fundação da CAL em 1972, e promoveu o 2º Congresso da CAL no Rio de Janeiro (1974). Apontando como as ditaduras militares regionais já planificavam, um ano antes da Condor, o intercâmbio de “subversivos” e conclui, com fontes historiográficas, que o Protótipo do Condor organizava, desde 1973, o terrorismo transnacional de Estado.

Palavras-Chave: Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL). Operação Condor. Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES).

Resumen: Este artículo busca establecer, con fuentes primarias, una cronología de los acontecimientos previos a las acciones de Operacion Condor (pacto criminal de las dictaduras del Cono Sur), formalizada en Chile en diciembre de 1975. Las conexiones represivas regionales ya operaban desde 1972 por intermedio de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), representante de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), las diseñando por el “capítulo” brasileño de la WACL/CAL, la Sociedad de Estudios Políticos, Económicos y Sociales (SEPES). Essa se asocia a WACL y cofunda CAL, promovendo el 2º Congreso de la CAL-Secreta en Rio de Janeiro (1974), enseñando como las dictaduras militares regionales ya planeavam, un año antes del nacimiento del Condor, el intercambio de “subversivos” y concluye, con fontes historiográficas, que el Prototipo del Condor organizava, en 1973, el terrorismo transnacional de Estado.

Palabras Clave: Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL). Operación Condor. Sociedade de Estudos Políticos, Económicos y Sociales (SEPES);

Abstract: The article aims to outline, based on primary sources, a chronology of actions that lead to Operation Condor (the criminal plan of the South American dictatorships), formalized in Chile on December, 1975. Dealing with the repressive connections already operating since 1972 through the Latin American Anti-Communist Confederation (CAL), an asset of the World Anti-Communist League (WACL), the article tries to grasp those connections in the analysis of the Brazilian “chapter” of WACL/CAL, the Society of Social, Economic and Political Studies (SEPES). SEPES was associated to WACL and helped to set the CAL in 1972, organizing the II Congress of CAL in Rio de Janeiro (1974). Emphasizing how the military dictatorship were planning already the exchange of “subversives” one-year earlier of Condor, the article concludes, based on historiographical sources that Condor Prototype had organized, since 1973, the Transnational State Terrorism in South America.

Keywords: Latin American Anti-Communist Confederation (CAL). Operation Condo. Society of Social, Economic and Political Studies (SEPES).

Introdução

Este artigo circunscreve a participação da Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), um *think tank* anticomunista – mais *tank* do que *think*, embora não tenha desprezado a elaboração e o combate ideológicos –, na gestão da antecâmara e dos atos preparatórios daquelas conexões repressivas do terrorismo transnacional de Estado que, em dezembro de 1975, junto às ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, formalizaram-se na chamada Operação Condor.

Destacando-se o fato de ter a SEPES se constituído no “capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista (WACL – *World Anti-Communist League* –, em inglês), bem como de seu braço regional, a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), serão destacados os momentos de fundação da SEPES em 1971, sua associação à WACL e seu papel na fundação da CAL em 1972, na Cidade do México, bem como a realização do 2º Congresso da CAL-Secreta em 1973 no Paraguai de Stroessner. Prioriza-se, porém, a organização sepista do 2º Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro e do 3º Congresso da CAL-Secreta na Escola Nacional de Informações (EsNI) de Brasília, ocorridos em janeiro e novembro/dezembro de 1974, respectivamente.

Nota-se um complexo de envolvimento alinhados à WACL, CAL e SEPES com a ditadura militar brasileira atestados nos congressos anticomunistas que no Brasil ocorrem sob auspícios de Emílio G. Médici e Ernesto Geisel. A partir da exposição deste complexo é possível estabelecer dados com fontes robustas (Fundo do SNI depositado Arquivo Nacional do Brasil e os Archivos del Terror no Paraguai) sobre uma cronologia dos acontecimentos preparatórios para as ações anticomunistas inseridas na Operação Condor, apoiando a consolidação de fontes historiográficas. Não foi senão por este motivo que o historiador

Fernando López (2016) afirmou que estas organizações foram as *asas do Condor*, aprofundando a hipótese da participação da SEPES, braço brasileiro do complexo WACL/CAL, na gestão oculta deste processo.

Motivo pelo qual, neste alinhamento preparatório, faz-se imperiosamente necessário o recuo ao período anterior a esta formalização do terrorismo transnacional de Estado da Guerra Fria da América do Sul. Com isso, fornecem-se novos aportes à compreensão de que tais engrenagens e conexões repressivas já vinham sendo aninhadas e azeitadas, entre 1972-74, pelas ditaduras militares regionais já em associação criminosa com as organizações anticomunistas aqui analisadas.

A fundação da SEPES

A SEPES foi fundada em 27 de junho de 1971, porém, segundo informes dos arquivos da repressão brasileira, teve sua origem vinculada ao movimento CLASSE, entidade criada pelo Departamento Especial de Ordem Política e Social (DEOPS), de São Paulo, para infiltração no meio estudantil no marco da conspiração contra à presidência trabalhista de João Goulart. A Informação n.º 2725 do II Exército, de 29 de novembro de 1971, abordando a origem dos integrantes da SEPES, afirma que “realmente esses elementos pertenceram ao CLASSE, movimento estudantil orientado pelo DEOPS/SP, cujo objetivo era a contra doutrinação no setor, no início da década de 60” [4-5]. No documento do II Exército, registrou-se que “grande parte dos fundadores da SEPES estão vinculados a Santos e mais particularmente à Faculdade de Direito daquela cidade”. Assim, “embora a SEPES seja de fundação oficial recente, reúne um grupo de jovens na sua maioria profissionais liberais” que se envolveram no “combate ao esquerdismo, inclusive com tentativas de redemocratização da UEE, antes de 1964”. Ainda conforme o CIE, “após 1964, estes procuraram” adotar a “filosofia política da Revolução”, abraçando a SEPES a doutrina oficial da ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento [4].

A SEPES na fundação da CAL, o braço regional da WACL

Um ano depois de sua fundação, a SEPES, então presidida por um dos proprietários da Cia. Melhoramentos, enviaria um de seus membros fundadores, Elias Jorge Tambur, para servir de elo à internacionalização da cruzada anticomunista brasileira. Tambur, dirigindo-se carta em 28 de setembro de 1972 ao “Ilustríssimo Senhor Alfredo Weizflog [*sic*], Digníssimo Presidente da SEPES”, reportando a participação do magnata como representante sepista, em

agosto daquele mesmo ano, à 6ª Conferência da WACL e à Assembleia de Constituição da CAL, ambas ocorridas na Cidade do México. O relatório sepista dirigido a Weiszflog, referente à viagem de Tambur ao México no “período de 21 de agosto a 3 de setembro de 1972, como representante da SEPES no VI Congresso da WACL”ⁱⁱⁱ, traz à luz os objetivos da SEPES nesta viagem ao México:

- a) conhecer mais diretamente a ‘World Anti-communist League’;
- b) participar como observador do [6º] Congresso [da WACL];
- c) estabelecer os contatos iniciais com as representações, entidades e associações anticomunistas participantes;
- d) acompanhar os trabalhos desenvolvidos durante o Congresso, suas conferências e teses defendidas;
- e) conhecer a Universidade Autônoma de Guadalajara [UAG];
- f) estabelecer os entendimentos iniciais com a referida Universidade visando um intercâmbio cultural;
- g) constatar o seu interesse em instalar um Centro de Estudos Brasileiros;
- h) promover gestões no sentido de que seja assinado convênio, se possível com a SEPES, para a instalação do referido Centro de Estudos^{iv}.

Versando sobre a Assembleia de Constituição de 1972, subsequente ao 6º Congresso da WACL, registrou-se também a participação naquela reunião de “representantes de organizações da Bolívia (representada pelo seu Embaixador), Argentina, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, Venezuela, México, Cuba (Alpha 66) e Brasil”^v. Cuba estaria, assim, representada pelos exilados anticomunistas da organização terrorista Alpha 66. Os organizadores mexicanos do 6º Congresso da WACL e da Assembleia de Constituição da CAL não deixaram de convidar, do Brasil, o SNI e o vice-presidente almirante Augusto Rademaker. Antes disso, reuniram-se com o Ministro da Justiça de Médici, Alfredo Buzaid. Em 1972, a ditadura brasileira, por meio do SNI, recomendara a Rademaker a “opinião expressada pela Embaixada do Brasil no México no sentido de que não parece conveniente ao Governo brasileiro associar-se ou participar oficialmente do VI Congresso da Liga”^{vi}.

O que importa é salientar que, a despeito deste primeiro afastamento da ditadura militar em relação à WACL recomendado pelo SNI e pela Embaixada brasileira no México, o Brasil integraria a CAL por meio da SEPES, desde a fundação deste braço continental wacliano em 1972. Ainda que num primeiro momento coubesse ao “capítulo” mexicano do complexo WACL/CAL, sediado na UAG, preparar os estatutos e regulamentos da CAL, este “the new regional anticommunist forum”, na síntese de López, “was official consisted of a General Congress, a Coordinating Council, a Membership Commission and a General Secretariat” (LÓPEZ, 2016, p. 287). “The Coordinating Council was comprised of representatives from

Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, El Salvador, Guatemala, Mexico, Paraguay, Uruguay, and Cuban exiles” (LÓPEZ, 2016, p. 287).

Do Brasil, foi a SEPES que encarnou a delegação nacional na WACL/CAL. Com a saída de Weiszlfog de sua presidência, a SEPES passou a ser presidida por Carlo Barbieri Filho, “banqueiro e altamente ligado a autoridades de informação” [10], cuja operadora financeira Aplik serviria de mantenedora ao *think tank* anticomunista^{vii}. Os diretores da SEPES, para o biênio 1973-1974, foram Elias Jorge Tambur, Pedro Paulo Angrisani Gomes, José Antonio de Oliveira Machado e Padre Heládio Alvares Rodrigues^{viii}.

O 2º Congresso da CAL-Secreta no Paraguai de Stroessner

A historiografia da WACL e da CAL, praticamente, assemelha-se a um queijo suíço, repleta de lacunas, ou a um quebra-cabeça que ainda requer muita análise para se compreender. Por exemplo, além da faceta “pública” da CAL, conviveu em sua práxis ações e reuniões “secretas”. Quase nunca referenciada e sobre a qual ainda não se dispõem de documentos, ocorreu o 2º Congresso da CAL-Secreta, em 1973, no Paraguai de Stroessner. Em um documento depositado nos *Archivos del Terror* ou *Horror* da ditadura stronista, confirma-se a existência de um “Segundo Congreso Secreto de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL)”^{ix}. O “Informe Al Excelentísimo Señor Ministro del Interior Dr. D. Sabino A. Montanaro” reporta que o 2º Congresso da CAL-Secreta, ocorrido entre 28 de maio e 1º de junho de 1973 na cidade de Puerto Presidente Stroessner, realizou-se no “Salón de Conferencias de la Delegación de Gobierno del Dpto. de Alto Parana”^x. Evidencia-se, pois, às escâncaras a vinculação oficial do stronismo com a CAL-Secreta, reunindo-se ali delegações provenientes de seis países: “Paraguay – Mexico – Brasil – Chile – Guatemala e El Salvador”.

Os trabalhos do congresso foram presididos pelo paraguaio “Dr. Ruben Dario Osorio”^{xi}, nos quais “se aprobó el Acta del Congreso Constitutivo de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) realizada en fecha 28 de agosto de 1972 en Guadalajara-Mexico”^{xii}, “se redactó y aprobó el Reglamento de los Congresos Ordinarios de la CAL, Sección Partidos Politicos y Organizaciones Militares”, bem como “se aprobó el Estatuto de la Confederación Anticomunista Latinoamerica (CAL) externa”^{xiii}.

No Paraguai de Stroessner, então, “se resolvió crear la Agencia Latinoamericana de Noticias, como medida para contrarrestar las campañas contra los Gobiernos, Partidos Políticos y Organizaciones anticomunistas”^{xiv}. Esses elementos da conexão repressiva arquitetada via CAL identificaram-se, em muito, com os planos futuramente formalizados ao final de 1975 na

Operação Condor. A Comisión de Verdade y Justicia do Paraguai afirmara, nesse sentido, que “la CAL, y su organización hermana, el Capitulo Paraguayo de la Liga Anticomunista Mundial, desarrollaron una extensa labor durante las dos etapas del Operativo Cóndor (CVJP, 2004: 287). “La Secretaria General de la CAL fue ejercida por mexicano Dr. Rafael Rodríguez y la Sub-Secretaría, por Antonio Campus Alum (AL, 1974) e, em suas ‘Conferencias de la la Delegación de Gobierno del Alto Paraná, Paraguay’, ‘se consensuó, entre otras acciones’

1. Establecer un sistema regular de información confidencial para el intercambio de datos entre las Organizaciones nacionales miembros de la CAL.
2. Organizar una agencia de noticias internacional para difundir la gestión de los gobiernos ‘nacionales’/militares de América Latina y denunciar sistemáticamente todo tipo de actividades marxistas/izquierdosas.
3. Ampliar el apoyo financeiro empresarial en toda A.L. para la lucha anticomunista.
4. Coordinar y apoyar las acciones de los grupos nacionalistas en universidades y sindicatos, en toda A.L.
5. Organizar centros de formación ideológica, empleando denominaciones de ‘fachada’ para preparar a dirigentes en diversos niveles de militância.
6. Crear el Instituto Latinoamericano de Formación Antimarxista en la Universidad Autónoma de Guadalajara México, a partir de setiembre de 1973 (CAL *apud* CVJP, 2004: 287)

O 2º Congresso da CAL-Pública no Rio de Janeiro

Configurando-se a SEPES como entidade em 1971, e como membro-fundador da CAL em 1972, foi no ano de 1974, porém, que o “capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL se projetaria, em associação com as ditaduras regionais de Segurança Nacional, na cruzada anticomunista transnacional. Em janeiro de 1974, no Rio de Janeiro, a SEPES e a ditadura Médici organizaram o 2º Congresso da CAL-Pública. Pode-se afirmar, de fato, que a ditadura Médici serviu mesmo, pelas mãos das FFAA e do Ministério da Justiça, de anfitriã “oculta” daquele conclave organizado e presidido pelo chefe do “capítulo” brasileiro da WACL/CAL, o empresário Carlo Barbieri Filho.

Arquiconservadores do clero e do laicato, como o bispo de Diamantina dom Geral Proença Sigaud e Gustavo Corção, respectivamente, participaram do congresso da CAL no início de 1974^{xv}. “Oficialmente não houve participação do Governo brasileiro, mas diversos jornalistas estrangeiros foram convidados por telegramas assinados pelo Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça e quatro observadores do mesmo Ministério teriam sido designados para acompanhar a reunião”^{xvi}. Integrandos as seguintes Comissões no conclave, de Organizaciones Cívicas Anticomunistas, contra la subversión en Universidades y escuelas, de lucha contra el clero comunista y subversivo, de Prensa, Mixta de Radio, Televisión, Editoriales y Librerías, Mista de Empresarios y Proprietarios Agrícolas, Mixta de Obreros, Empleados y Trabajadores

del Campo, de Ciencia y Arte, a Plenaria e a de Presupuestos y Auditoría^{xvii}, demarcou-se o seguinte pacto repressivo:

1. Elaborar planes de acción para impedir que los Estados de la América Latina caigan en poder del comunismo, combatiendo al socialismo marxista en todos los órdenes y en todos los lugares hasta obtener su derrota final.
2. Elaborar planes de acción para ayudar a los Gobiernos y a las organizaciones sinceramente anticomunistas en los esfuerzos que realicen para extirpar la subversión comunista en todos sus aspectos.
3. Elaborar planes de acción que conduzcan a la realización próxima de los fines de la CAL, que son los enunciados en el punto primero de la Carta de Principios^{xviii}.

Barbieri Filho, na condição de Presidente do Comitê Organizador do 2º Congresso da CAL-Pública, recebera uma confirmação de presença, depositada no A.N., do jornalista argentino Ismael Jacinto Haiek e de seu assessor Alfonso Morata Salmeron, ambos da agência *Orient News International Service Onis* (ONIS)^{xix}. Sabe-se, graças a Manuel Salazar, que “el español Alfonso Morata Salmerón integrara “la red construida para la DINA por Arancibia en Buenos Aires” (SALAZAR, 2011). Apenas se aponta, aqui, para esta primeira evidência da participação da DINA no 2º Congresso brasileiro da CAL-Pública de 1974.

Embora López tenha se equivocado na numeração do congresso da CAL realizado no Rio de Janeiro em 1974, ele avança na montagem do quebra-cabeça historiográfico da CAL, aduzindo que, “while it is not clear how many attended the CAL conference in Brazil, the resolutions passed at it show that those who did attend were determined to step up the pace and intensity of the anticommunist struggle” (LÓPEZ, 2016, p. 295). As resoluções adotadas “included the development of a propaganda plan for Latin America. Each anticommunist chapter would organize celebrations for ‘the first anniversary of the liberation of Chile’ to boost the prestige of the Pinochet regime” (LÓPEZ, 2016, p. 295).

Além da defesa da ditadura chilena, também o congresso carioca “placed particular emphasis on the Marxist clergy”, “predominately adherents of Liberation Theology” (LÓPEZ, 2016, p. 297), solicitando-se aos membros da CAL a elaboração de uma lista à parte contendo “the names of all communist clergymen/women, including those who preached Marxism and heresy”. “These blacklists resulted in the kidnapping, torture and execution of numerous priests and nuns in South and Central America from 1974 until 1980s” (LÓPEZ, 2016, p. 297).

Redimensionando o papel histórico do Brasil na antecâmara do Plano Condor, López lembrou que a CAL “also sought the elaboration of plans to identify all the labour organistaions led by anticommunist leaders and organize their joint action to repel the communist influence from the labour movement. The delegates attending the meeting urged

these labour groups to support ‘those governments fighting the communist infiltration’” (LÓPEZ, 2016, p. 298). O que mais interessa aqui, todavia, é flagrar que durante o 2º Congresso da CAL-Pública no Brasil, hospedado pela SEPES e pela ditadura Médici, planejou-se um conjunto de ações sigilosas que constituiriam aquilo que, final de 1975, compuseram um dos objetivos formais do Plano Condor: a criação de um banco de dados anticomunista. Um documento sepista, depositado no A.N., ressalva que o conclave “terá, porém, várias atividades não oficiais entre as quais destacam-se”:

1. Reunião paralela de empresários e jornalistas, em número aproximado de 20, para os quais se está preparando um trabalho sobre a atual situação do Brasil e também da infiltração Marxista nos órgãos de imprensa. Pretendemos tirar deste grupo, um acordo de apoio recíproco entre os órgãos de imprensa não Marxista, de luta permanente contra as falsas notícias divulgadas sobre os Governos Anti-Comunistas, particularmente pretende-se um apoio dos mesmos ao Brasil.
2. Institucionalização e aperfeiçoamento de um sistema permanente de troca de dados e informações sobre:
 - a) Atividades Antinacionais feitas no Exterior.
 - b) Atuação do M.C.I. [Movimento Comunista Internacional]^{xx}

Secretamente, a SEPES, em especial no item 2, já se antecipava à institucionalização de um dos objetivos formais do futuro Condor (espécie de Interpol contra a “subversão”). O conclave de janeiro de 1974 seria, na leitura da SEPES, “o início de trabalhos permanentes e relacionamento destas Organizações para fortalecimento do Brasil no Sistema Latino-Americano, em nível de Organizações Privadas”^{xxi}. Depositados nos *Archivos del Terror* da ditadura stronista, também os manuscritos de Antonio Campus Alum, chefe de sua polícia política, líder da WACL/CAL e da Condor em seu país e sócio de Barbieri Filho na *Financiera Urunday*, apresentam a mesma proposta.

Alum registrou a existência de um “Projeto do Brasil” no sentido de ser criado um banco de dados anticomunista na América Latina. “Sobre el Proyecto de Brasil, se resuelve: Pto. 6º: Crear un Centro de Informaciones Anticomunistas sobre actividades, agentes, personas, entidades, aliados del comunismo en los distintos Países”^{xxii}. Recentemente, o historiador Marcos Vinícius Ribeiro, destacando este excerto dos manuscritos de Alum, concluiu que, “depois do 2º Congresso da CAL, sediada no Rio de Janeiro, o Paraguai se transformou no principal epicentro da entidade, contanto com os aparatos repressivos daquele país, bem como com quadros da repressão e empresários na composição e organização da entidade” (RIBEIRO, 2018, p. 16).

Aqui, porém, valeria uma complementação. Tão ou mais importante que o QG stronista como porto seguro da CAL em 1974, foram a SEPES e a ditadura Geisel que serviram

como anfitriões dos agentes das ditaduras regionais de Segurança Nacional. O papel do Brasil, naquele período, fora imenso ao aglutinar um bloco regional anticomunista latino-americano, conforme se verá no registro do 3º Congresso da CAL-Secreta ocorrido, ao final de 1974, em Brasília. Antes, porém, é necessário ao menos mencionar a designação dos chefes da SEPES e do “capítulo” paraguaio da WACL na 1ª Reunião do Conselho Coordenador da CAL, ocorrida em meados de 1974 no México.

1ª Reunião do Conselho Coordenador da CAL no México

Entre 10 e 12 de julho do frenético 1974 anticomunista, a CAL integrou seu Conselho Coordenador em Guadalajara. Barbieri e Alum (parceiros empresarias e chefes dos “capítulos” brasileiro e paraguaio da WACL/CAL) integraram o conselho em questão. Ali se “informó sobre las actividades de la CAL, los objetivos de la Reunión del Consejo Coordinador y orientaciones generales respecto a los acuerdos que deben alcanzarse”, destacando-se que “uno de los objetivos fundamentales era implementar los medios y recursos para poner em ejecución los acuerdos y resoluciones del II Congreso de la CAL realizado en Rio de Janeiro (Brasil), del 23 al 27 de enero del corriente año”^{xxiii}.

A Circular n.º 3 de 1974 da CAL, depositada nos *Archivos* paraguaios, informa ainda sobre a designação dos coordenadores do braço regional da WACL^{xxiv}. Como Secretário Geral e Presidente do Conselho Coordenador da CAL, designou-se o mexicano Rafael Rodríguez. Para o cargo de Tesoureiro Geral, designou-se Carlo Barbieri Filho e o também brasileiro J. Afonso de M. Passos fora designado Subsecretário Geral da CAL, o mesmo cargo e função sendo compartilhado por Alum^{xxv}.

Aninhando o ovo do Condor: o 3º Congresso da CAL-Secreta na Escola Nacional de Informações

Todavia, existe uma reunião da CAL, de final de 1974, que até agora não foi explicitada na historiografia pertinente. Trata-se do 3º Congresso da CAL-Secreta realizado na Escola Nacional de Informações (EsNI), controlada pelo SNI, em Brasília. Ali foi chocado o ovo da Condor antes deste plano chocar o mundo com seus crimes transnacionais de Estado. Alguns materiais da CAL, felizmente preservados no Fundo SNI do A.N., guardam rastros documentais da existência e composição do 3º Congresso da CAL-Secreta. Ali seriam integradas, como diz a Agenda do Congresso, “las Comisiones de Asuntos Militares y Partidos Políticos”^{xxvi}, bem como debatidas “las medidas pertinentes a cada país a fin de anular la

consolidación, el progreso y/o la expansión del marxismo en cualquiera de los niveles de poder^{xxvii}.

Aqui, é necessário repisar este fato inédito: foi incumbida à EsNI a função de sediar e organizar, junto ao braço brasileiro do complexo WACL/CAL, o 3º Congresso da CAL-Secreta. Expondo-se informações que, de outra maneira, nunca seriam conhecidas, o precioso relatório do SNI contido do *Memorando n.º 1118*, de 11 de maio de 1976, é capaz de revelar o trabalho secreto de gestão, preparação e execução dos planos político-militares da CAL. O relatório do SNI em questão corrobora e contribui à demonstração da hipótese segundo a qual a CAL, o organismo latino-americano da WACL, constituiu-se no veículo político-militar da conexão repressiva com as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. “Os Congressos da CAL se processam por meio de duas Assembléias (abertura-encerramento), entremeados com Reuniões de Trabalho de duas Comissões, a Militar e a dos Partidos Políticos^{xxviii}. Assim, “a CAL divide-se em dois setores, o público e o secreto^{xxx}: a CAL-Pública ou *externa* “congrega associações anticomunistas da América Latina, personalidades, instituições, e meios de comunicação, de modo ostensivo^{xxx}; a CAL-Secreta ou *interna* “reúne militares, políticos e altas personalidades dispostas a combater o comunismo, agindo de modo sigiloso. Suas resoluções orientam o segmento de execução representado pela CAL pública^{xxxi}.

Um dos anexos mais preciosos do relatório do SNI atinente ao 3º Congresso da CAL-Secreta de 1974 – intitulado “Guia para los Trabajos de la Comisión de Organizaciones Militares^{xxxii} – é capaz de revelar a coordenação repressiva entre as ações militares dos “capítulos” nacionais da CAL com as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. O *Guia* alardeava como prioritária a “lucha contra las guerrillas rurales^{xxxiii}, bem como o “examen de las medidas adecuadas para combatir y extirpar las guerrillas urbanas, las bandas de terroristas, asesinos, secuestradores y demás organizaciones subversivas que actúan al servicio del imperialismo comunista o de sus cómplices^{xxxiv}.

Aninhando-se os acordos clandestinos que viriam um ano depois formalizar o marco do Condor, foi debatido e proposto na EsNI, em Brasília, o estabelecimento regional de um “intercambio de experiencias útiles” e de um “estudio de las posibilidades de ayuda que puedan prestarse las organizaciones militares entre sí, mediante acuerdos secretos formales, bilaterales o multilaterales, o bien en base de otro tipo de pactos^{xxxv}. Sugeriram-se, na EsNI, “las posibilidades de ayuda o incremento de la misma entre las organizaciones militares miembros regulares y los Gobiernos respectivos”, estimuladas as concreções “de acuerdos secretos

bilaterales o multilaterales de ayuda mutua entre las Organizaciones militares o los respectivos Gobiernos”^{xxxvi}. Dessa maneira, apontava-se para a oportunidade e conveniência de um “estudio de medidas de ayuda mutua de las Organizaciones militares entre sí y/o los Gobiernos anticomunistas, y concreción cuando las entidades miembros de la CAL lo estimen procedente, de Acuerdos de Ayuda Mutua respecto a:”^{xxxvii}

Captura secreta de criminales guerrilleros – rurales y/o urbano –, terroristas y secuestradores, cuando huyendo da la justicia en un país, se internen en el territorio de otro donde opera una Organización militar miembro regular de la CAL. La Organización militar en cuyo país se internen estos criminales, al capturalos, los pondrá secretamente a la disposición de la Organización militar aliada^{xxxviii}.

Promover Tratados Internacionales entre los Gobiernos anticomunistas, referidos a la extradición legal de los agentes subversivos del comunismo a que se ha venido haciendo referencia en los incisos anteriores, para cubrir las eventualidades en que no resulte posible, o no convenga entregarlos en secreto a las Organizaciones militares y/o los Gobiernos anticomunistas aliados.

Promover la colaboración de los servicios de Inteligencia Militares y Políticos, con el propósito de que suministren recíprocamente todo tipo de información útil, para obtener éxito en todas las actividades mencionadas en esta Agenda^{xxxix}.

Em resumo, já se previra (e se praticara) em fins de 1974 a troca clandestina de presos entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Isso, como se observa, fora discutido e planejado na EsNI um ano antes da formalização do Plano Condor, ao final de 1975. Diante disso, percebe-se que o ovo do Condor estava sendo aninhado anteriormente à sua eclosão, o que fica evidente, por exemplo, na atribuição estatutária da CAL a seu Chefe do Serviço Secreto de Informação: ele deveria “entrar en contacto muy secreto, con los Jefes de los Servicios de Inteligencia Militar o Civil”^{xl} e “promover con la vênia de la autoridad competente en cada caso, Pactos Muy Secretos bilaterales de ayuda, entre Entidades Miembros o no de la CAL”^{xli}. Ademais, no marco ideológico e prático das ditaduras de Segurança Nacional da América do Sul, em meados da década de 1970, o chefe de contrainteligência da CAL deveria “tomar en general toda clase de medidas, que permitan al Servicio que encabeza, recabar la información necesaria, para ayudar a las Entidades miembros regulares de la CAL, y a sus Gobiernos cuando lo solicitan, a dominar y extirpar dentro de sus fronteras, la subversión roja em todos sus aspectos”^{xlii}.

Os gestores da coordenação repressiva: o ‘intercâmbio de subversivos presos’

O referido relatório do SNI sobre o 3º Congresso da CAL-Secreta, de final de 1974, repõe um tema tratado na Comissão de Organizações Militares: “Intercâmbio de subversivos presos”. Indagado sobre o tema o representante brasileiro, o coronel aviador do CISA Jair do Amaral Vasconcellos, pelo delegado uruguaio coronel Villar, chefe do Departamento Segundo do Estado Maior do Exército, “se o Brasil possuía experiência a respeito e pudesse transmitti-

la^{xliv}, “a delegação brasileira informou não possuir tal experiência. Mas, admitindo-se, para fins de raciocínio, que tal procedimento possa vir a ser de real valor para os serviços de Segurança de determinado país, o assunto deveria ser tratado de maneira informal e direta pelos interessados^{xliv}”.

Dessa maneira, é possível demonstrar a hipótese da existência de uma comunhão efetiva de interesses repressivos de Estado entre os militares brasileiros e uruguaios, mas não apenas no sentido de lidar *de maneira informal e direta* em relação ao “intercâmbio de subversivos presos”, o alvo prioritário, como se sabe, do Plano Condor formalizado, ao final de 1975, em Santiago do Chile. O relatório do SNI sobre o conclave secreto da CAL em Brasília, ademais, destaca como “fato bastante expressivo (...) a decisão unânime de eleger o Brasil como sede da Inteligência da CAL^{xliv}”. Reconhecendo o SNI que os delegados participantes “ocupam posições-chave na Alta Administração dos seus países e possuem um ‘status’ de representantes oficiosos, fazendo supor *um interesse de Estado no intercâmbio com a CAL (nossos grifos)*^{xlvi}, o relatório oficial defende junto à Presidência Geisel a comunhão de interesses entre o governo brasileiro e a CAL. As resoluções desta “aprovadas, se postas em prática, tornar-se-ão efetivos instrumentos de contenção à expansão do marxismo no Continente latino-americano”, sugerindo o SNI a Geisel um maior engajamento brasileiro na CAL: “Parece que no estágio atual torna-se cada vez mais difícil ao Brasil permanecer na condição de simples observador^{xlvi}”.

Por intermédio da organização poder-se-ia estabelecer um canal útil, de natureza clandestina e oficiosa, com governos amigos que já são filiados ou ligados à CAL. Os meios de difusão da CAL seriam colocados à disposição para ‘mensagens’ do interesse nacional. Com pequeno ônus tornar-se-ia possível o estabelecimento de uma eficiente rede de busca das atividades do MCI [Movimento Comunista Internacional] no continente. (...) Restaria decidir-se quanto ao grau de engajamento e ao ‘modus faciendi’ [deste envolvimento do Brasil na CAL]. Nesse último sentido parece que a melhor solução seria fazê-lo através de uma ‘entidade fantasma’, aparentemente desvinculada de qualquer caráter oficial, mas de fato controlada clandestinamente pelo SNI^{xlvi}”.

De fato, foi a SEPES que cumpriu este papel de biombo “civil” e/ou “privado” para o SNI poder se integrar, dissimuladamente, ao complexo WACL/CAL, constituindo assim a conexão repressiva regional com as ditaduras de Segurança Nacional que, ao término de 1975, formalizariam o Condor. Na reunião secreta da CAL na EsNI também se ofereceu “em plenário e por aclamação” o “cargo de chefe de informações da CAL-Secreta a um brasileiro”^{xliv}. O SNI tentou convencer Geisel sobre a necessidade de engajamento na CAL: “A vantagem sob o ponto de vista de informações é desnecessário ressaltar, pois representaria o controle de informações

de toda a América Latina, ao mesmo tempo em que fluiriam ao SNI, conhecimentos que poderiam influir, decisivamente, nas decisões de interesse nacional”¹. “Dado o caráter de ‘observadores’ [da delegação brasileira], o oferecimento não pôde ser aceito, porém, (...) ficou decidido que aguardar-se-ia pelo prazo 3 (três) meses um pronunciamento definitivo do Brasil”ⁱⁱ.

A história não se repete. Porém, as semelhanças entre o papel futuro de observador da ditadura brasileira no pacto do Condor formalizado no Chile em dezembro de 1975 e a mesma condição brasileira de “observador” dos planos da CAL-Secreta, em fins de 1974, não são fruto do acaso. Em 1974, na EsNI, diante “da recusa da delegação brasileira em assumir tal responsabilidade, invocando o seu caráter de ‘observadora’ na CAL, o Plenário resolveu que a escolha ficasse em aberto, por um prazo de 90 dias, aguardando-se um pronunciamento definitivo do Brasil”ⁱⁱⁱ.

A ditadura brasileira também deixaria de assinar a ata de fundação do Condor, não deixando, porém, de observar e de se associar às ditaduras de Segurança Nacional mais agressivas na caçada anticomunista da Guerra Fria. É igualmente significativo, faltando ainda maiores esclarecimentos sobre a reunião, o fato de o 3º Congresso da CAL-Secreta ter escolhido o Chile de Pinochet como local do próximo encontro entre os agentes e gestores da repressão policial-militar das ditaduras militares da região^{liii}.

O Brasil não é uma ilha: a SEPES e a ditadura na WACL/CAL/Condor

Nos limites desse artigo, apenas se pode sinalizar para o papel transnacional da SEPES como o “capítulo” brasileiro do complexo WACL/CAL no período de preparação, junto às ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, das “asas” do Condor. Registre-se apenas, encerrando, a realização no Rio de Janeiro, em abril de 1975, da 8ª Conferência da WACL. Sob guarida da ditadura Geisel e contando com a gestão da SEPES, nesse conclave anticomunista carioca se conheceria uma transnacionalização inaudita do anticomunismo brasileiro. Sem tratar dela, porém, encerra-se esta contribuição com o estabelecimento de uma periodização mais adequada na historiografia pertinente ao complexo WACL/CAL/SEPES situando-se alguns *experts* no assunto.

A recente tese de López demonstrou que “the civilian partners linked to the CAL and WACL and their Anticomunist counteroffensive created the conditions and became the feathers that allowed Condor to fly high and far beyond South America to the US and Europe, murdering opponents so as to shock the exiles and disrupt the solidarity campaigns” (LÓPEZ,

2016, p. 322). López redimensionou o papel dessas organizações anticomunistas reunidas no Plano Condor, demonstrando que indivíduos e grupos integrantes da WACL/CAL “became key actors in the process that led to the formalisation of the Condor Plan” (LÓPEZ, 2016, p. 253). “The resolutions adopted at the numerous conferences held by this anti-communist forum during 1972-75 served as a blueprint for the systematic repression implemented by the South American dictatorships under the banner of the Condor Plan” (LÓPEZ, 2016, p. 253).

As conexões entre a WACL/CAL e o Sistema Condor, portanto, passaram pelo Brasil por intermédio da ditadura militar nacional e da SEPES. Para López, inclusive, foi no Rio de Janeiro, na 8ª Conferência wacliiana, que, “behind closed doors at the 1975 conference, WACL’s Latin American section, ‘Confederacion Anticomunista Latinoamericana’ (CAL) debated a Chilean proposal whereby the region’s dictators could coordinate their attacks on political enemies at home and in exile” (LÓPEZ, 2016, p. 262). “Seven months later, in November 1975, the six Southern Cone countries – Argentina, Brazil, Bolivia, Chile, Paraguay and Uruguay – ratified (...) ‘Operation Condor’”, “a secret intelligence operation entailing mutual assistance in hunting down political dissidents – meaning leftists and other designated state enemies – who would be arrested or kidnapped, then tortured and either murdered or ‘disappeared’” (LÓPEZ, 2016, p. 262).

No mesmo sentido se posiciona a grande estudiosa do Sistema Condor, J. Patrice McSherry. Ao recompor as estruturas e funcionamento do que conceitou de “parallel State in Operation”, também sustenta que “the Condor Prototype began operate as a transnational state terror organization in late 1973 or early 1974” (MCSHERRY, 2005, p. 69). Datando as “origins of the Condor System in the February 1974 meeting”, reitera McSherry que a “transnational coordination in Southern Cone began in 1973 or 1974. One conference in 1973, for example, was attended by Antonio Campos Alúm, director of Paraguay’s Dirección Nacional de Asuntos Técnicos”. Este sócio do brasileiro presidente da SEPES “accepted, on behalf of the Stroessner regime, Brazil’s offer to exchange intelligence with Paraguay through meetings and extraofficial conferences organized by the Latina American Anticommunist Confederation, part of the World Anticommunist League (WACL). Several WACL conferences were held in 1974, including one in Washington, D.C., that brought together Latin American military officers and anticommunist civilians who pledged to share intelligence on ‘subversion’” (MCSHERRY, 2005, p. 80-81).

Como ensina McSherry, enfim, a “Condor was fully operative in 1974”, “by that year, increasingly visible cross-border terror operations carried out by shadowy squadrons – the parallel state – were causing dread and panic among exile communities. The accumulated evidence provides overwhelming confirmation that Condor’s most essential feature – its cross-border ‘hunter-killer’ operations against political enemies – began in 1973 and was fully operational by 1974, long before the program was officially baptized Operation Condor in 1975” (MCSHERRY, 2005, p. 83).

Diante daquilo analisado sobre a SEPES, o representante brasileiro do complexo WACL/CAL, visto o que dizem os citados autores sobre a antecâmara do Condor, não se pode admitir que o Brasil continue a ser abordado, na historiografia referente às conexões repressivas da Guerra Fria, como se fosse uma ilha à parte do continente Condor. Este artigo buscou apontar que, naquele contexto histórico de construção do Prototipo do Condor, no Brasil ocorreriam ao menos quatro expressivas reuniões do complexo WACL/CAL: no Rio de Janeiro no primeiro mês de 1974, na EsNI em Brasília ao final de 1974, e novamente no Rio em abril de 1975.

Historicamente, o Brasil não é e nunca foi um ilha à parte do mundo e do continente latinoamericana. Buscou-se, pois, fazer despertar para um maior interesse historiográfico sobre o papel da ditadura militar brasileira e de seus colaboradores “civis” anticomunistas na antecâmara e nos atos preparatórios do Condor, momento de regionalização do padrão repressivo das ditaduras de Segurança Nacional então existentes no Cone Sul. O historiador Enrique Padrós, que redimensiona o Brasil na rota da conexão repressiva continental, salienta também que “a Operação Condor nasceu diante das necessidades de colaboração dos serviços de inteligência das ditaduras latino-americanas, as quais constituíram uma espécie de internacionalização articulada do padrão repressivo aplicado internamente nos respectivos países associados (privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, maus-tratos, homicídios e desaparecimentos) (PADRÓS, 2009, p. 56).

Ajudando a desbravar esse campo historiográfico, os acervos do SNI disponíveis no A.N. brasileiro, combinados com a documentação referente à WACL, à CAL, à SEPES e à Condor nos *Arquivos do Terror* do Paraguai, subsidiam um novo enfoque de pesquisa sobre o anticomunismo “civil” e militar da Guerra Fria na América Latina. Espera-se com isto contribuir, oxalá, na tarefa de compreensão do atual ressurgimento de uma extrema-direita “civil” e militar não só no Brasil, mas regional e globalmente.

O estudo do anticomunismo, enfim, pode jogar luz aos mecanismos de uma arma ideológica da contrarrevolução latinoamericana capaz de ter unificado, na Guerra Fria, as frações arquiconservadoras das classes proprietárias e do aparato estatal das ditaduras militares de Segurança Nacional da América do Sul. Este subcontinente tem uma história que precisa ser (re)conhecida. Talvez este campo de estudos sobre o anticomunista latino-americano da Guerra Fria, provavelmente, possa no futuro vir a explicar certas raízes ideológicas e históricas sobre o que se está passando agora. Se isto não é todo o *abra-te-sésamo* do atual “enigma” da ressurgida extrema-direita “civil” e militar regional, estruturou-se este artigo como uma possível contribuição no trabalho de se compreender o passado ultraviolento das autocracias burguesas do Cone Sul. Um passado sobre o qual se sabe pouco, inclusive, sendo que “there are no precise figures for how many were killed in the Condor years, 1976-1982; estimates run as high as 60,000”. (LÓPEZ, 2016, p. 262).

Referências bibliográficas

COMISIÓN DE VERDADE Y JUSTICIA (CVJ) PARAGUAY. *Informe Final da Comisión de Verdad e Justicia, Paraguay*. Tomo 07. Parte 03. *Algunos Casos Paradigmáticos: La Represión a los Comunistas*. Paraguai: CVJP, 2004.

LÓPEZ, Fernando. *The Feathers of Condor: transnational state terrorism, exiles and civilian anticommunism in South America*. Cambridge Scholars Publishing: 2016.

MCSHERRY, J. Patrice. *Operation Condor and Covert War in Latin America*. Rowman & Littlefield Publishers: New York, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. *Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor*. In: *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985). História e Memória. Conexão Repressiva e Operação Condor*. Vol. 3. 2009.

Fontes Primárias

AC.ACE 91597/76. (Fundo SNI/ Arquivo Nacional).

AGO.ACE 4515/83 (Fundo SNI/ Arquivo Nacional).

BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44 (Fundo SNI/Arquivo Nacional).

R00094F1111. Archivo del Terror/ Centro de Información y Archivo (CDYA).

R023F0748. Archivo del Terror/ Centro de Información y Archivo (CDYA).

R00108F2056. Archivo del Terror/ Centro de Información y Archivo (CDYA).

R108F2069. Archivo del Terror/ Centro de Información y Archivo (CDYA).

ⁱ Doutorando em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: rod.cmachado@gmail.com

ⁱⁱ Doutor em Ciências Sociais (Unesp/Fapesp). Docente de História da Arte (desde 2016), História e preservação da pintura (desde 2019) e de História, Sociedade e Cultura (desde 2015) em cursos regulares de pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: claudinei_cassio@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 181/287.

^{iv} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 185/287.

^v Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 203/287.

^{vi} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 242/287.

^{vii} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AGO ACE 4515/83.

^{viii} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 179/287.

^{ix} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R108F2069.

^x *Archivos del Terror* – CDyA, referência R108F2069.

^{xi} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R108F2069.

^{xii} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R108F2069.

^{xiii} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R108F2069.

^{xiv} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R108F2069.

^{xv} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 159/287.

^{xvi} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 159/287.

^{xvii} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 220/287.

^{xviii} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 220/287.

^{xix} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 232/287.

^{xx} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 175/287.

^{xxi} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência BR.DF.AN.BSB.Z4.DPN.ENI OO44, p. 176/287.

^{xxii} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R023F0748.

^{xxiii} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R00108F2056.

^{xxiv} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R00094F1111.

^{xxv} *Archivos del Terror* – CDyA, referência R00094F1111.

^{xxvi} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 26.

^{xxvii} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 26.

^{xxviii} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 03.

^{xxix} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 02.

^{xxx} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 02.

^{xxxi} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 02.

^{xxxii} Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 34.

-
- xxxiii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 34.
- xxxiv Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 34.
- xxxv Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 34.
- xxxvi Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 34.
- xxxvii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 35.
- xxxviii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 35.
- xxxix Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 36.
- xl Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 52.
- xli Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 53.
- xlii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 53.
- xliii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 12.
- xliv Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 12.
- xlv Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 16.
- xlvi Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 17.
- xlvii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 17.
- xlviii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 17-18.
- xliv Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 18.
- l Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 18.
- li Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 18.
- lii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 15.
- liii Arquivo Nacional, Fundo SNI, referência AC.ACE 91597/76, p. 14.